



Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 133ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Nilso Sguarezi.

Às quatorze horas é registrada a presença dos Seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gu-
lin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gno-
ato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carva-
lho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Ro-
drigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lú-
cio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Mace-
do, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada a apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 171/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, naquela cidade. Parecer da C.C.J. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 26, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/74.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1975 (Quinta-Feira).

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Basílio Zanusso.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gu-
lin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gno-
ato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carva-
lho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Ro-
drigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lú-
cio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Mace-
do, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, amparado no Regimento Interno e com o apoio do plenário requer a inserção em ata dos trabalhos da Assembléia um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Martin Opszynski, ocorrido em data de hoje, na cidade de Curitiba.

O extinto era cidadão que gozava de larga amizade na sociedade curitibana, nos meios comerciais e nos setores desportivos. Iniciou sua vida na luta árdua obtendo sucesso nas lides comerciais sem jamais descuidar de dedicar parte de seu tempo para servir o próximo, tanto nas entidades sociais, quanto filantrópicas. Durante longos anos amparou clubes esportivos, principalmente aos amadores. Suas relativamente longa vida foi pautada pelo desprendimento, pela amizade e pelo devotamento às causas boas.

Requer outrossim que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada e à Sociedade União Juventus, onde por muitos anos foi diretor.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Por intermédio da Mesa, proponho à consideração da Casa que se consigne em ata um voto de congratulações ao Coritiba F. C., pela recente e brilhante conquista do Penta Campeonato Paranaense de Futebol.

Requeiro, também, se aprovado este, que do fato se dê ciência à Diretoria do Clube homenageado, à Presidência da Fede-

ração Paranaense de Futebol e à Presidência do Conselho Regional de Desportos.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do plenário, um voto de aplausos à Bancada paranaense na Câmara Federal, e, em especial ao Senhor Deputado Gamaliel Bueno Galvão, relator do mérito do projeto que deu ao nosso Estado a sede do Tribunal Regional do Trabalho, 9ª Região. Requer, outrossim, seja dada ciência aos interessados.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após manifestação do plenário, conste da ata dos trabalhos, um voto de solidariedade ao jornalista e Vereador José Domingues, vítima de violências por ter com atitudes de despreendimento, em programa radiotelevisado, tecido críticas com relação aos maus policiais existentes na nossa polícia.

Requer seja comunicado ao ilustre jornalista a presente decisão.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A liberdade de imprensa é pressuposto de todas as nações livres e democráticas. Violências e intimidações a jornalistas nos moldes das que vêm ocorrendo neste Estado, quando já foram vítimas de arbitrariedades e inclusive espancamentos, homens de nossa imprensa, não apenas constituem uma ofensa física à pessoa do jornalista, mas acima de tudo, constituem-se na predominância do mau caráter, da troculência e do império do medo que homens preparados para o alto mister de polícia, tentam sobrepor a uma imprensa livre e independente. Tais manifestações, devem ser alvo de imediatas e seguras repressões por parte das autoridades policiais, pois se alguns elementos perniciosos existem no seio da nossa polícia, a instituição e a maioria dos seus homens tendem para o cumprimento exato e exemplar do dever. Repudiarmos a agressão ao jornalista José Domingues é o mesmo que proclamarmos e defendermos os postulados básicos da democracia pois temos que ter liberdade e segurança para nossa imprensa ser livre e independente. Por outro lado, urge que o Governo do Estado tome posição a fatos desta natureza, pois a omissão neste caso, vale como verdadeiro comprometimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, e Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências no sentido de, no menor prazo possível, seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Ayrton Plaizant" de Maringá.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Secretário de Educação e Cultura e Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências no sentido de, com a máxima urgência, seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Teobaldo Miranda Xantos" de Maringá.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências, no sentido de, no menor prazo possível, seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Jardim Ipiranga" de Maringá.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado ao Exmo. Senhor Ministro dos Transportes, correspondência solicitando providências no sentido de serem dinamizadas as obras de construção da estrada União da Vitória — Erechim, em especial no trecho União da Vitória — General Carneiro.

Requer, outrossim, a remessa de cópias ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao 9º Distrito Rodoviário Federal sediado em Curitiba e à Secretaria de Transportes do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

1 — A BR-158, após concluída, atenderá vastas regiões dos Estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul possibilitando inclusive a melhor distribuição de tráfego do Sudoeste paranaense e Oeste-Catarinense, hoje prejudicado face limitações da BR-277, Ponta Grossa — Foz do Iguaçu.

2 — Pelo ritmo em que vem se desenvolvendo a obra o cronograma dificilmente será cumprido.

3 — Merece atenção especial o Trecho União da Vitória — General Carneiro onde a nova estrada praticamente se sobrepõe à atual.

Com serviços iniciados há mais de dois anos a falta de continuidade dos mesmos, além de impossibilitar a conserva, pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, tem muitas vezes impedido totalmente o tráfego na estrada atualmente em uso, agravado pela inexistência de opção possível.

4 — As obras de arte, concluídas há bastante tempo, não tiveram seus acessos construídos, impossibilitando desta maneira a sua pronta utilização.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nossa imprensa divulga hoje um fato deveras lamentável, que envolve um profissional da imprensa, um homem cujo des-

prendimento é de ser, de público, reconhecido porque, na atualidade do Brasil poucas pessoas têm a coragem e o desprendimento de tecerem críticas à Polícia e a determinados policiais.

Refiro-me ao jornalista José Domingues, do Canal 12 de Curitiba, que foi vítima de um sequestro, de violências, e, ao que tudo indica pelo fato notório no Paraná, pela sua conduta até certo ponto elogiável e necessária, de tecer críticas a maus policiais que infelizmente existem neste Estado.

Urge que providências imediatas sejam tomadas, para que não ocorra, ou não continuem ocorrer tais fatos. Não é a primeira vez que o jornalista no Paraná é espancado por tecer críticas contra a nossa Polícia, os exemplos são conhecidos de todos. Mas esta Casa de Leis, como única maneira talvez de extrapolar o seu descontentamento sobre o que vem ocorrendo com estes maus policiais, esta Casa de Leis que se levantou num momento em que o nosso Interior estava sendo vítima também de arbitrariedades policiais e Deputados aqui, com desprendimento levantaram sua voz revestidos pela alta função de parlamentares, não sofrem consequências. O que não podemos permitir é que jornalistas no exercício de sua profissão venham a sofrer consequências, por levarem ao público aquilo que deve ser informado ao público.

Urge que o Governo não se omita neste caso, porque, omitir este caso é talvez referendar casos desta natureza.

Se levanto minha voz aqui, é no sentido de alerta contra aqueles que não desempenham com integridade o seu dever, contra uma minoria porque, graças a Deus, a maioria dos homens da Polícia são soldados dedicados, mas o número reduzido e ínfimo não pode prevalecer através da truculência, da violência e da arbitrariedade e incutir medo na nossa imprensa, para que cerceada, amordaçada possam estes maus policiais continuarem seus expedientes escusos e continuarem a burlar a lei. Apresento aos meus nobres pares desta Assembléia um simples voto de solidariedade a estes jornalistas, mas clamo, Sr. Presidente, a que a Secretaria de Segurança Pública proceda uma investigação rigorosa para ver se neste sequestro existe um envolvimento de policiais, como disse, se a Polícia se omitir estará com esta omissão concordando com fatos desta natureza, que, por si só, são criminosos e que é da competência e do próprio interesse de maus policiais. É necessário que a Polícia tome providências. Encaminho, para que conste nos Anais desta Casa e seja comunicado posteriormente àquele jornalista que, por sinal, é um digno vereador da Câmara Municipal, um voto de solidariedade, desta Assembléia, para que continue com o mesmo desprendimento, fiscalizando, o Sr. José Domingues a atitude da Polícia, de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que está por demais confirmado o que acaba de dizer desta Tribuna o ilustre Deputado Nilso Sguarezi, a nossa função como representantes do povo neste Parlamento, é fiscalizar os atos do Executivo Estadual, é fiscalizar os atos do Governo. Talvez seja a primeira vez que eu use desta tribuna para exercer um ponto de partida, a fiscalização de departamentos do governo na minha cidade; aqui tenho vindo, da constância dos dias que aqui permanecemos, no cumprimento do dever, para denunciar fatos ligados à administração do Estado. Porém, até a presente data, nenhum deles ligado a fatos ligados a meu município de Santo Antonio da Platina. Mas, Srs. Deputados, verificando que em Santo Antonio da Platina, há um escritório do Departamento da Viação e Obras Públicas, hoje ligado à Secretaria do Interior e Justiça composto de seis casas, composto de uma quadra de terreno, de uma atividade administrativa de obrigação regional, verificando que este Departamento consome uma parte respeitável da economia orçamentária do Estado, nenhum serviço ou pelo menos quase nenhum serviço presta naquela região,

porque vai muitos anos que não sentimos a presença do Governo do Paraná na região Norte-Pioneira, na construção de qualquer obra, na resolução de qualquer problema de qualquer uma das coletividades daquela região chamada Norte do Paraná.

Desta feita, verificando, a falta de atividade daquele departamento do Governo que onera de certa forma uma parcela do orçamento do Estado, entraremos hoje como ponto de partida pra verificação dos fatos que queremos descrever no decorrer dos dias, com um requerimento pedindo informações à Secretaria do Interior, o qual peço vênha a V. Exa. Sr. Presidente, para que eu possa ler o meu requerimento nesta oportunidade. Lê :

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei e tendo em vista indagações sobre o funcionamento e atividade do Departamento Regional Administrativa de Viação e Obras Públicas sediado em município e cidade de Santo Antonio da Platina, requer:

Após ouvido o plenário oficie à Secretaria do Interior solicitando as seguintes informações:

- a) — quantos funcionários se encontram lotados naquele Departamento de Serviços;
- b) — quais as atividades específicas exercidas por cada um;
- c) — fazer juntar na resposta fotocópias correspondentes à produção e despesa ocorridas nos últimos 3 meses de atividade.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1975”

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A mesa registra, com satisfação, a presença no plenário do Sr. Dirceu Gomes, vereador de Santo Antonio da Platina.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar de fazer um registro nesta Casa, do encontro a ser realizado sábado, dia 23 do corrente, no plenário do Tribunal do Juri, dos Serventuários da Justiça do Paraná. Movimento este, que vem encontrando apoio em seus vários setores e principalmente desta Casa, onde tem como representantes nossos eminentes companheiros, Deputado Antonio Facci, Deputado Basílio Zanusso, Deputado Jurandir Messias.

Tenho certeza que nós outros, possamos dar a nossa contribuição a esta laboriosa classe que, muitas vezes, não tem sido compreendida. Porque sem o apoio, sem este trabalho dedicado que nós temos visto em todo serventuário, jamais poderia funcionar a Justiça.

Mas nós temos visto, em contrapartida neste trabalho em todo o Estado do Paraná que atende na hora e precisa, este serventuário quando se aposenta, as dificuldades e as privações por que tem passado. O serventuário, só para dar um exemplo, da Comarca da Capital, a maior aposentadoria que percebe o serventuário da Capital é de Cr\$ 2.268,00. E um serventuário de um cartório Distrital, recebe, depois de trinta anos de serviços, Cr\$ 787,00.

Por isto estarão reunidos no próximo dia 23 os serventuários para a regularização dos Estatutos da classe para, num planejamento conjunto, aprimorarem ainda mais os trabalhos em favor da Justiça.

Neste momento queremos agradecer o apoio que temos recebido do Sr. Secretário da Justiça, Túlio Vargas e também da assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça que tem divulgado este acontecimento que se realizará no próximo sábado.

Queremos formular, em nome de uma Comissão organizada, aos Deputados que estiverem presentes em Curitiba no sábado, um convite para comparecerem como convidados dos serventuários nesta reunião que se realizará no Tribunal de Justiça.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvi com atenção o pronunciamento do eminente Deputado Lúcio Machado e devo, para que se registre nos Anais da Casa, informar a S. Exa. que a Lei de Reforma Administrativa em fase de implantação no Estado, preconiza a extinção do Departamento de Edificações e Obras Especiais, órgão anteriormente vinculado à extinta Secretaria de Viação e Obras Públicas e atualmente subordinado à Secretaria do Interior.

Por outro lado, segundo o que depreenho do pronunciamento do Deputado Lúcio Machado, as residências do DEOE no interior do Estado, notadamente a sediada no município de Santo Antonio da Platina, realmente não estão tendo nos últimos tempos a preocupação de desenvolvimento das atividades para as quais haviam sido criadas. E isto exatamente por considerarem que está em fase de extinção e principalmente por já haverem sido notificados, os funcionários sediados no interior, que deverão no espaço de 120 dias optar por uma lotação em outro setor da administração pública.

Isto ocorreu em Santo Antonio da Platina, como em Cascavel, Pato Branco e Campo Mourão onde existem sediadas residências do atual D.E.O.E. em fase de extinção.

Quero crer que a informação é necessária, antes mesmo que o Plenário se defina em face do requerimento do eminente Deputado do MDB.

Era a informação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Iniciou-se ontem em Foz do Iguaçu o Congresso dos Srs. Prefeitos de todo o território paranaense.

S. Exa., o Presidente daquela Associação, sentiu, como administrador de uma grande cidade deste Estado, que se continuar a atual política desenvolvida pelo Governo do Estado e pelo Governo da União, o estrangulamento de cada município a cada dia aumentará e se desenvolverá no sentido de não dar continuidade a uma boa administração municipalista.

Tentam — e eu antevejo — que o resultado daquele conclave irá dar a este Governo Estadual e também ao Federal, sugestões de que a atual política brasileira de amparo aos municípios seja reformulada.

Vemos, em nossa região, a região de Campos Gerais, inúmeros municípios carentes de recursos, como é o caso de Ivaí, onde, pela má administração atribuída a auxiliares do Prefeito, fez com que o Fundo de Participação do Município fosse cortado. E, conseqüentemente, através dos recursos pequenos que o município de Ivaí, ele não pode, tem desenvolver uma grande administração.

E outra coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sentimos que nesse conclave, além daqueles reclamos que serão feitos ao Governo do Estado e ao Federal, deverá constar, da pauta dos trabalhos, aqueles famigerados convênios feitos entre as Prefeituras e o Estado do Paraná.

Em Ponta Grossa, vimos, em 15 de setembro de 74, diversos convênios assinados, obras carentes, asfaltamento de estradas, viadutos atribuídos à má administração do Plano Rodoviário, Estadual, carentes da necessidade de implantação de uma medida atribuída ao Governo do Estado, com uma participação mínima no convênio, porque detém, o município de Ponta Grossa convênios com o Governo Federal, a maior licitação dos convênios ali elaborados.

E até hoje, além dos estudos de implantação nada mais foi informado à administração do município de Ponta Grossa.

A nossa atribuição na tarde de hoje, se transfere não a reclamos, mas à ilustração a esta Casa e ao povo do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, com o brilhantismo que V. Exa. está explanando seu pensamento em benefícios das pequenas comunas do Paraná, estou inteiramente solidário.

Mas, quero pedir vênias a V. Exa. no tocante aos “famigerados convênios” de que fala V. Exa. Porque, não podemos concordar com V. Exa. quanto a isso. Porque temos em mãos, por coincidência, convênios firmados entre a Secretaria de Administração, convênios firmados com diversas Prefeituras, num total de um milhão e 50 mil cruzeiros, que serão pagos diretamente aos Prefeitos, sem exceção, por ordem do Sr. Governador do Estado.

Pagou o Governo do Estado, através da Secretaria de Administração:

Abatiá	Grupo Escolar Dom Bosco	127.000,00
Carlópolis	Ginásio Estadual Castro Alves	56.000,00
	Delegacia de Polícia	59.000,00
Congoninhas	Ginásio Estadual	86.000,00
	Grupo Escolar Sta. Maria do Rio do Peixe	18.000,00
	Posto de Higiene	17.500,00
Curiúva	Grupo Escolar Zoillo Simões	62.000,00
Jundiá do Sul	Grupo Escolar e Escola Normal Cleto da Silva	80.000,00
Pinhalão	Grupo Escolar Princesa Isabel	120.000,00
Santana do Itararé	Grupo Escolar	50.000,00
São Sebastião da Amoreira	Grupo Escolar Cabiúna	49.000,00
	Grupo Escolar Bálamo	70.000,00
	Delegacia e Cadeia	28.000,00
Tomazina	Ginásio Estadual Osvaldo Gomes	50.000,00
	Grupo Escolar Carlos Gomes	80.000,00
	Sapé — Barro Preto — Ribeirão da Anta	18.000,00
Santo Antonio da Platina	Delegacia de Polícia	4.000,00
	Casa Escolar de Monte Real	48.000,00
	Grupo Escolar Moralina Eleutério	60.000,00

Temos autorização também para:

Ibaiti	120.000,00
Jundiá do Sul	50.000,00
Ribeirão do Pinhal	60.000,00

Como vê V. Exa. esses convênios não são famigerados, porque o Governo, como digo sempre, está aplicando dinheiro do povo, em benefício do mesmo povo. Feito o convênio, com a autorização da Câmara e referendado pelo Governador do Estado, imediatamente o Prefeito, depois de apresentar os documentos todos, tem o dinheiro na boca do cofre no Banco do Estado, fiscalizando pelos engenheiros do Governo. Por isso digo a V. Exa., discordo de V. Exa. quando diz que esses convênios são famigerados. Ao contrário, eles estão beneficiando o povo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel e queria me referir especificamente à minha cidade, Ponta Grossa, Se. o Paraná tem mais de 200 municípios, se o Paraná e sua administração atende de 40 a 50 municípios, deixa, então, de atender, conseqüentemente, a maioria dos municípios do Paraná.

O que nós vemos e temos em mãos, são os convênios assinados para a região dos Campos Gerais. Se as cidades referidas pelo ilustre Deputado, não possuem, por dom da natureza, o que temos na Princesa dos Campos, que é corredor de exportação e caminho obrigatório de todos que demandam o Porto de Paranaguá, é também, conseqüentemente, o corredor de exportação quase no sentido nacional e internacional, faz com que

aqueles convênios ali assinados sejam chamados de famigerados, devido a morosidade administrativa deste Estado.

Porque a Prefeitura de Ponta Grossa, através de informações do Sr. Secretário da Fazenda do Município, Dr. João Nei Marçal, já depositou sua participação no convênio. O Governo Federal também se prontificou e já está em mãos do Governo do Estado a sua participação no convênio ali elaborado, faltando tão somente um pouco de boa vontade do Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Obras.

Para ilustrar e esclarecer mais esta Casa, e particularmente nosso prezado amigo Gabriel Manoel, na sessão extraordinária de ontem e de hoje, em 1ª Discussão, foi aprovado por esta Casa, o que já foi feito pela Câmara Municipal de Ponta Grossa, aquilo que nós pregamos aqui, de público, a má orientação no sentido de segurança deste Estado. O II Grupamento de Corpo de Bombeiros, sediado em Ponta Grossa, que dá assistência à região dos Campos Gerais, não teve nunca uma atenção do Governo do Estado, como merece.

Para ilustrar ainda mais e comprovar, quando de nossa presença na Câmara Municipal de Ponta Grossa, fizemos com que nossos reclamos pela assistência desse governos que passou e e de todos que passaram, até o atual que aí está implantado, no sentido de segurança a minha cidade, a minha região, fossem ouvidos.

Em sentido pioneiro neste Estado, um convênio entre a Prefeitura de Ponta Grossa, e o Secretário de Segurança de então, General Lauro Prestes, para dar condições de segurança à minha cidade e minha região, foi necessário, além do imposto pago por todos os paranaenses, foi necessário cobrar uma taxa extra, para que Ponta Grossa tivesse seu Corpo de Bombeiros aparelhado. Hoje, nesta Casa todos nós, e eu como vereador na época, já havia aprovado. Hoje, como Deputado, estou referendando a má administração deste Governo, porque foi necessário um novo convênio, saindo dinheiro do bolso dos pontagrossenses, das famílias de Ponta Grossa para dar segurança ao Corpo de Bombeiros da minha cidade, da minha região, coisa que deveria sair dos dinheiros pagos através dos impostos estaduais arrecadados na minha cidade.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Desejo dizer a V. Exa. que não há nada de pré concebido, na bancada da Arena, em obstaculizar o pronunciamento de V. Exa. Os apartes que, porventura, a nossa bancada oferecer ao seu pronunciamento serão porque consideramos oportunos.

Inicialmente devo dizer que V. Exa. é um privilegiado porque representa, nesta Casa, um dos municípios mais importantes do Paraná. Nós somos homens que representamos inúmeros municípios pequenos, de baixa renda em consequência ainda da política tributária, temos problemas que poderão se apresentar em maior número, mas que poderão, também, ser considerados de menor expressão.

Ofereço o aparte a V. Exa. para reparar uma injustiça. V. Exa. diz que este Governo e que os anteriores não estariam, no seu entendimento as justas reivindicações de Ponta Grossa como deveriam.

Lembro-me, eminente Deputado Zuk, que antes que uma corrente de pensamento à qual pertencia neste Estado ganhasse uma eleição e implantasse no Paraná uma nova filosofia política e administrativa Ponta Grossa vivia dias de verdadeira angústia.

Lembro-me dos maus tempos da Prada no setor energético em Ponta Grossa, dos reclamos da população, até das donas de casa que não tinham o mínimo dispensável para terem a condição de vida que hoje têm.

Lembro-me de Ponta Grossa ao tempo da Ortepa, no setor das telecomunicações. Dias difíceis. Ponta Grossa não falava com ninguém e quando conseguia era com muita dificuldade e de maneira sempre com prejuízos para a sua população.

Foi a partir da instalação no Governo do Paraná dessa

corrente de pensamento que ainda hoje aí está, que os problemas maiores de Ponta Grossa puderam ser sanados porque tiveram prioridade.

Quer me parecer que, na ordem de prioridade que o Governo do Estado dá a Ponta Grossa, no diálogo que mantém permanentemente com a administração anterior e atual, também, se está cuidando de dar a Ponta Grossa prioridade para o serviço de saneamento básico - abastecimento de água. V. Exa. conhece as cifras. É verdade que o convênio, em uma de suas cláusulas talvez não esteja sendo cumprido à risca, mas V. Exa. conhece os fatores de ordem administrativa que, às vezes, fogem até ao comando do Governo do Estado para que um investimento na ordem de 78 milhões de cruzeiros, quase 80 bilhões antigos, sejam aplicados à curto prazo para que se elabore, através da ENCIBRA, em análise já o projeto na SANEPAR encaminhando, ao BNH para aprovação, para execução do projeto de ampliação do serviço de abastecimento de água e, também, do serviço de saneamento básico.

Ponta Grossa tem merecido do Governo atenções fora de série, V. Exa. pode testemunhar isto, também na área de segurança. É verdade que o Governo está, agora, no Governo de Jayme Canet Junior, preocupado em aperfeiçoar e dotar de melhores condições o setor da Polícia, principalmente aquele subordinado ao Corpo de Bombeiros em Curitiba, com 4 postos e serem instalados em diferentes regiões da Capital, para atender os chamados, com maior brevidade. Eu quero acreditar que V. Exa. esteja informado das providências governamentais no tocante ao atendimento a Londrina, Maringá e Ponta Grossa; poderá o Governo estar demorando um pouco, mas, tem recursos hoje, através do FUNRESPOL, para a aquisição do indispensável para aperfeiçoar aquele Corpo, tão útil à coletividade.

Então eu gostaria apenas nesta intervenção, perdoe-me se foi longa demais, de lembrar a V. Exa. — V. Exa. é moço ainda é verdade — que, se faça justiça aos homens que governaram o Estado do Paraná, nestes últimos Governos. Ponta Grossa tem recebido atenções do Governo do Estado, disto V. Exa. é testemunha, e nós esperamos, pelo valor que a gente de Ponta Grossa tem, pela expressão econômica que hoje representa por ser um dos polos industriais do Estado, mais importantes, que se faça justiça. Quero acreditar que, em tudo que está lá, há a mão do Governo — se não através de seus órgãos creditícios oficiais, através, sempre, da presença do Governo na análise dos projetos e até no diálogo que é sempre salutar, no sentido de incentivar, Ponta Grossa, a continuar a desenvolver-se como está.

Apenas para fazer justiça, relembra-lhe algumas medidas governamentais, para que também desta tribuna não só de objetivo e nem só se pretenda protestar, mas que também por justiça se signifique o trabalho do Governo em favor da valorosa Ponta Grossa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o ilustrado aparte do eminente Líder do Governo nesta Casa, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, e queria fazer um apelo, quando se reverencia uma nova corrente política implantada neste Estado.

Eu iniciei minha vida pública em 68, antes do período da Revolução, eu não era nem eleitor. Entrei na vida pública com o único pensamento, o de sempre servir a minha cidade, de servir meus amigos, meu Estado, e consequentemente a minha Nação. Hoje desfruto, não em Ponta Grossa nem neste cargo que ora ocupo, mas do conceito dos meus amigos, já durante esta pouca vivência que tenho nesta terra.

Fiz uma diferenciação: quando alguma coisa como este convênio que ora estamos referendando nesta Casa é do interesse da comunidade, às vezes, nos calamos. Poderia eu, que sempre apontei os erros e desleixos das administrações públicas, poderia eu, nesta Casa, nos meus primeiros pronunciamentos, falar de que o projeto a ser referendado, que hoje estamos referendando nas sessões extraordinárias, poderia eu ter denunciado de que aquela lei não referendada por esta Assembleia estava já sendo

cobrada em Ponta Grossa, há mais de 6 meses, mas, vendo que aquela taxa cobrada no meu município pela ARENA, era do interesse do município de Ponta Grossa, fez-se o meu silêncio em favor da segurança daquele povo.

Então, eminente Deputado, a nossa corrente política se identifica com V. Exa., porque é nossa a da verdade, e da comunidade e do interesse comum deste Estado, então, nesta implantação de corrente onde estou me formando e me identificando a esta Nação, quero fazer parte da corrente da verdade e da filosofia pura e principalmente do direito respeitado, e é respeitando um direito que assiste a quem paga imposto não desmerecendo as obras já tidas em Ponta Grossa, os benefícios já realizados, mas a estes novos impostos pagos daqui para a frente, de hoje para amanhã, para depois de amanhã, a estes novos emolumentos fiscais é que estarei nesta tribuna diariamente, reclamando não o passado, porque respeito o passado político de minha cidade, do meu Estado e do meu País, mas eu reclamo hoje o mandato que detenho, os emolumentos pagos pelos meus conterrâneos, pontagrossenses. Se o Governo muito fez a Ponta Grossa, terá que fazer muito mais, porque no dia de ontem pagávamos uma quantia irrisória de impostos, e hoje Ponta Grossa ascende com uma contribuição grande no Estado do Paraná, e consequentemente, terá que ter novas obras ali implantadas, e está se identificando neste princípio, nos na região nossa trouxemos ao MDB, ao nosso partido, ao partido que representamos, os nossos companheiros identificados com homens que não se aliam a um Partido e um único objetivo de oposição ao Governo, mas num sentido de orientação e incentivo ao Governo, aí implantado e que nós vimos pedir vênias para ler a este plenário, uma carta de esclarecimentos, feito por um nosso companheiro, Sr. João de La Torre Filho, com firma reconhecida na cidade de Reserva, em Ponta Grossa, e aqui em Curitiba. (Lê):

"Algumas pessoas procuraram-me pedindo informações com referência ao Movimento Democrático Brasileiro. O MDB é uma agremiação política igual a outra, mas com outros objetivos ou seja, a estar mais atento às necessidades do povo e quando necessário, apontar as falhas administrativas dos incompetentes, dos que desejam apenas o poder sem estarem preparados para o seu desempenho administrativo.

Se você for convidado a ser candidato a prefeito municipal, ou mesmo vereador e tiver dúvidas com a sua capacidade administrativa, é muito simples:

Não ponha em jogo a sua dignidade e o desenvolvimento no nosso município, ou melhor, deste município tão sofrido.

O povo já tem pago muito caro com os incompetentes profissionais, que apenas desejam o poder e o povo que se dane. Portanto devemos escolher melhor.

Um candidato a prefeito, se eleito, for tem a obrigação de fazer alguma coisa pelo seu município e pelo seu povo, algo de útil, um marco, dar uma prova de administrador.

Em Reserva, por exemplo, necessitamos com urgência; água e esgoto, dar início ao asfaltamento da cidade, construir mais estradas municipais e conservar as já existentes, também mais escolas primárias, e pelo menos uma escola de comércio.

Povo reservente, principalmente o eleitorado, fiquem atentos. Breve, muito breve, eles estão fazendo as suas estradas, as suas costumeiras cortesias e promessas que nunca cumpriram, procurando enganar o povo novamente.

E agora que contesta esta verdade? Onde estão os que tudo prometeram e nada fizeram?

Onde está a Praça da Igreja? Prometida por dois candidatos, e por sinal eleitos. As demais falhas administrativas, já são do conhecimento do povo.

Onde está o dinheiro do povo, garanto que o povo sabe e agora saberá escolher melhor. O importante não é ser prefeito. Mas, sim um Prefeito, um administrador, um homem de visão que conheça as necessidades do seu povo. Ass. João Della Torres Filhos. Firma no Tabelionato local, Ponta Grossa e Curitiba."

Falo isto, Sr. Presidente, leio esta carta de esclarecimento para situar a minha região a este Estado, onde apadrinhados políticos sem qualificação alguma, detêm hoje alguns mandos de Prefeitura, não sabendo às vezes organizar o sentido administrativo no seu município, mas apadrinhados politicamente, sem ter a sombra do seu partido opositor, lá detinham eles duas, ou três correntes dentro da ARENA.

E hoje, para felicidade não minha, felicidade não do meu partido, como também da Arena, mas para felicidade do povo de Reserva, Ivaí, Cândido de Abreu, Ipiranga, Castro, Imbituva, lá está uma opção do povo, esta dada a mais de 200 municípios deste Paraná, aonde tivemos a felicidade, o MDB, de ver implantado o seu diretório.

Respeitando a ARENA, respeitando o partido que representa o Governo, estamos dando uma contribuição ainda mais, da nossa presença como deputados, uma contribuição municipalista num sentido de povo, que tem uma opção de escolha como irá ter nas próximas eleições, a oportunidade de dar o Paraná, a região dos Campos Gerais, a Ponta Grossa mesmo, uma nova política brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, segundo orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Às vésperas do 21.º aniversário do falecimento do eminente homem público que foi o Presidente Getúlio Dornelles Vargas, e, quando, duas décadas após o seu sacrifício ainda se procura projetar uma imagem distorcida do grande estadista que foi este revolucionário brasileiro, é preciso lembrar, desta tribuna, o grande equívoco para a democracia que o Senador Jarbas Passarinho, no Senado da República buscou, através de tentativa de torpedear o projeto que dava o nome do eminente brasileiro, à Refinaria da Petrobrás de Araucária. Buscou temer o passado, na busca de acusações ao grande estadista, só imaginadas por um homem que como o Ministro da Educação do Brasil é o grande responsável pelo esvaziamento cultural do País, pelas dificuldades que nossa juventude está encontrando para encontrar os seus rumos, pelos caos que é o ensino neste Brasil.

Mas, o Senado Federal, representado pelas mais altas expressões deste Brasil, homens da ARENA e do MDB, transformou em lei a homenagem do povo deste País, e do povo paranaense em particular, ao grande Presidente Vargas, artífice de muitas conquistas dos trabalhadores brasileiros, Presidente que soube sedimentar o nosso desenvolvimento, projetar o nosso futuro e construir um novo Brasil para subsistir as estruturas feudais de 1930.

E o Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez presente, através do ilustre Deputado Fernando Gama e a manifestação desta Assembléia Legislativa e da egrégia Câmara Municipal de Curitiba, presentes no momento histórico em que o País reverencia mais uma vez a memória de Getúlio Dornelles Vargas."

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado companheiro de bancada, com muito prazer estamos escutando o pronunciamento feito por V. Exa. quando se pronuncia numa homenagem que deverá ser prestada ao inesquecível Presidente Vargas. Quero Congratular-me com V. Exa. por esta iniciativa e declarar que já preparamos um modesto pronunciamento para amanhã.

Queremos lembrar ainda que há dois anos passados apresentamos um requerimento nesta Casa, para darmos o nome de Presidente Getúlio Vargas a esta refinaria. Em seguida apelamos ao Deputado Fernando Gama que apresentou este projeto na Câmara Federal que foi aprovado e agora, no Senado da República, com o apoio também de senadores arenistas.

Queremos nos congratular com V. Exa. que está hoje nesta

Casa e não teve a felicidade que tivemos em tempos passados, de conviver com S. Exa. o saudoso Presidente Vargas, quando em 1949 fomos à sua fazenda em São Borja para apelarmos, para conclamarmos aquele eminente homem público, a ser candidato em 50 à Presidência da República.

Como companheiro de V. Exa. nesta Casa, queremos nos congratular, dando o apoio irrestrito a este feliz requerimento que apresenta hoje nesta Casa. Com muita honra V. Exa. é um dos homens que tem esta mentalidade de que devemos prestar homenagem a todos os homens do passado que fizeram algo em benefício de nossa Pátria.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte Deputado.

“Não poderíamos negar, e estaríamos negando a própria história se o fizéssemos, que Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930 e diante da contestação que havia surgido ao seu plano reformista, buscou no estado de exceção o caminho para a realização de um Governo voltado aos trabalhadores.

Mas ninguém pode negar que Getúlio, após deixar o Governo em 45, mantinha sua popularidade incólume.

Era amado pelo seu povo, querido no País inteiro porque seu Governo havia sido realizado em direção às reivindicações de nossa gente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, conhecem os Srs. o ponto de vista deste deputado que ora ocupa a tribuna. Só o voto do povo, voto secreto, voto direto, voto democrático, dá ao governante a autoridade do Poder do processo democrático.

E Getúlio Vargas, submetido ao grande plebiscito do povo brasileiro, disputando a Presidência da República fora do Poder, na planície a que fora atirado, voltou ao Governo nos braços do povo brasileiro, na plenitude do processo democrático, na mais legítima decisão da voz soberana, indiscutível e sagrada, do voto popular.”

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, o pronunciamento de V. Exa. na tarde de hoje, retrospectiva, acima de tudo, o fato que caracteriza e retrata a página mais brilhante da História Política deste País.

Porque, quando se reverencia o nome de Getúlio Vargas, reverencia-se o maior estadista, não só brasileiro, mas no mundo.

E apenas para informar, quero lembrar a V. Exa. que ele foi o único estadista que conseguiu chegar ao poder pelas quatro formas.

E hoje, Sr. Deputado, não é somente no Brasil, não é somente o Governo Brasileiro, que vê, nesta figura que jamais será riscada da história. É o mais importante dos importantes estadistas dos países democráticos do mundo, Getúlio Vargas, merece sem dúvida, ser lembrado todos os dias, todos os instantes. Porque, ele é o retrato de maior importância da história democrática brasileira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — “Sr. Presidente:

Nós homens da oposição, homens do MDB, chegamos a ser acusados de ter a memória fraca, de esquecer a figura marcante do ditador, como disse no Senado o representante do Pará, Jarbas Passarinho.

Mas, nós lembramos muito bem do amor que o povo brasileiro tinha e tem por Getúlio Vargas, lembramos as suas vitórias eleitorais a Petrobrás, a Eletrobrás, Volta Redonda, o Instituto Nacional de Previdência Social, as conquistas trabalhistas do povo brasileiro.

O Grande Presidente Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 45, deixava como herança a milhares de trabalhadores deste País a perspectiva que até hoje está projetada, embora tentem, alguns maus brasileiros, permitir a infiltração das muitacionais de um povo em nome da falsa liberdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não queremos negar que grande parcela dos homens deste País são nacionalistas e são patriotas.

Homens com o espírito bravo e democrático, lutam em todas as frentes pelo restabelecimento das garantias e direitos individuais, e pela anistia a todos os presos e condenados por crimes políticos.

Homens da oposição, que desejam mais liberdade para a imprensa deste País, mais liberdade política e mais conquistas na defesa de uma Constituição livre das legislações de exceção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero nesta oportunidade, ler nesta Casa, na véspera do 21.º aniversário do falecimento do grande Presidente Vargas, a sua “Carta-Testamento”.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Inicialmente, para dizer a V. Exa. que mesmo nascendo politicamente dentro de um Partido que foi responsável pela redemocratização do País, houve um partido que abrigou aqueles que lutaram pela redemocratização brasileira em 45, pondo termo a um período ditatorial, que se estendeu por mais de uma década no País, comandado, reconheço, com muita segurança pelo saudoso estadista Getúlio Dornelles Vargas, devo também, em respeito à memória daquele grande estadista, dizer o seguinte: que mesmo nascido udenista, quando visito minha família e especialmente minha Mãe, vejo encimando a mesa de uma das salas, a fotografia de Getúlio, ostentando no peito a faixa presidencial.

Fiz essa alusão, ilustre Deputado, também para dizer a V. Exa. que a Arena, malgrado o pronunciamento do seu líder no Senado, foi quem garantiu a aprovação na Casa mais alta do Poder Legislativo, da iniciativa de um Sr. Deputado do MDB, que denominou a Refinaria de Araucária de Getúlio Vargas. Se estou bem lembrado, 14 Senadores da ARENA votaram pela aprovação e não mais de 6 votaram pela rejeição. Está, portanto, evidenciado através daquele voto do Partido, hoje do Governo, o reconhecimento que têm pelas figuras que fizeram história.

É verdade que muitos brasileiros, quando lembram Getúlio Vargas, pretendem compará-lo ao Generalíssimo Franco, ao Presidente Stroessner, a João Domingos Peron e tantos outros, que souberam também marcar a figura de estadistas no país e alguns deles, ainda se mantêm no poder.

Só, eminente Deputado, quando se fala em voto direto, secreto e universal para escolha de governo, não se deve lamentar demais, o fato de que hoje nós escolhemos o Presidente da República por voto indireto, expresso na vontade da minoria dos representantes do povo com mandato parlamentar, porque, eminente Deputado, nós brasileiros vivemos longo período e V. Exa. testemunha agora da tribuna, sem termos tido o privilégio e, no entanto, segundo testemunho de V. Exa., o Brasil não parou. Ele se afirmou numa política nacionalista, e as palavras são de V. Exa. É verdade que o movimento que redemocratizou o País, não quis, e não poderia tê-lo feito, manter-se no poder na época, sem o referendun popular e o movimento que derrubou Getúlio Vargas, foi em busca do referendun popular, e não o teve, muito embora tivesse representado pela figura - e já que estamos falando em história - do Brigadeiro Eduardo Gomes. E as forças que apoiavam o governo Getúlio Vargas, apoiaram o candidato eleito na época, contra as forças que redemocratizaram o País.

Um quinquênio depois Getúlio voltou ao governo nos braços do povo. Voltou porque o povo reconhecia nele qualidades eminentes de estadista, mas devo também lembrar a V. Exa., que se hoje nós apelássemos para o referendun popular e fôssemos buscar, por exemplo, a figura de um homem que presidiu este país a tão pouco tempo, e se revelou como estadista, segundo diz o Instituto Galup, que é o órgão de levantamento da opinião pública, muito sério, ele haveria de receber a maioria dos votos, que é o General Emílio Médici.

São fatos que a história nos mostra e diz que em política a história se repete. Então, apenas para registro fica o apoio que nós da bancada da Arena pretendemos dar à manifestação de V. Exa., manifestação de saudosismo patriótico à figura do eminente estadista Getúlio Vargas quando se está a comemorar o 21.º

aniversário de seu desaparecimento, apoio que damos reconhecido por considerar que no Brasil se escreveu a história da sua administração, e que felizmente, este país pode contar com Getúlio à frente de seu Governo, malgrado a presença dos Gregórios e das guardas pessoais de memória triste. V. Exa. está de parabéns ao membrar a efeméride. Muito obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte e as palavras de V. Exa.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Solicitei o aparte a V. Exa. para solidarizar-me com a homenagem que, no dia de hoje, V. Exa., posso dizer em nome desta Casa, presta à memória daquele que não foi apenas o Presidente da República, que não foi apenas um estadista, mas que marcou, na verdade, todo o ciclo da história política deste país.

Tinha, realmente, a estatura de um estadista e hoje, morto, comprova-se mais uma vez, a frase célebre "que morto, tornou-se maior vivo".

Mas, Deputado Otássio Pereira, solicitei o aparte para fazer alguns reparos ao aparte do ilustre Deputado Ivo Thomazoni e para lembrar que a redemocratização em 45 não teve nenhum movimento a liderá-la. Foi o povo que quis essa redemocratização; o mesmo povo que havia lutado na Europa, nos Campos da Itália contra as ditaduras de então, que pretendiam dominar o mundo contra o fascismo, contra o nazismo.

O que lamentamos é que talvez aqueles mesmos homens que lideraram aquele movimento ou que souberam ascultar as aspirações populares de então, os mesmos que subscreveram o Manifesto dos Mineiros, não tenham, hoje, a coragem para assinar novo "Manifesto dos Mineiros", pela redemocratização do País. Não confundamos a figura de Getúlio Vargas, ou a figura de Juscelino que, realmente, obteve prestígio e hoje é capaz de ganhar pesquisa de opinião pública, com a figura de outro Presidente que sufocou a imprensa, que iludiu, que enganou, que prometeu muito em termos de redemocratização e fez pouco, foi talvez dos Presidentes que passaram por este País o que mais envergonhou, que foi Emílio Garrastazu Médici.

Ainda, agora, a imprensa nacional está divulgando corrupções em todos os Estados, em administrações nomeadas pelo Presidente Emílio Médici nos órgãos federais sob seu governo. Não preciso citar o caso do Paraná que é público e notório.

O que se observa é que, realmente, os regimes fortes, os regimes ditatoriais que impedem a livre oposição, que impedem o livre debate, que impedem o livre exercício da imprensa é que favorece a corrupção e a má versação dos dinheiros públicos.

Eu gostaria, nesta hora, de chamar o entusiasmo inclusive dos udenistas de 45, daqueles udenistas que hoje ainda vivem sob o mesmo idealismo e sob o mesmo entusiasmo de 45, para que, ao lado do MDB, unamo-nos na luta pela redemocratização deste País, fazendo com que volte a ter seu voto direto.

Ou é democracia, ou não é democracia, não há meio termo.

As épocas tem suas verdades, e se é verdade que a história se repete como disse o líder da Arena, é preciso lembrar que, quando se repete, se repete como farsa, e este País não pode viver de farsas.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Na oportunidade em que V. Exa. lerá a carta de Getúlio Vargas, que, se bem estou lembrado, em um dos seus trechos afirma ele que sai da vida para entrar na História, efetivamente Getúlio Vargas entrou na história.

Hoje o MDB se diz depositário — e já tive oportunidade de afirmar isto nesta Assembléia na comemoração do aniversário de nascimento de Getúlio Vargas, quando fiz um pronunciamento desta tribuna — das idéias de Getúlio Vargas. Veja V. Exa., o motivo de satisfação para os homens que podem aderir às idéias de Getúlio Vargas, quando o próprio Líder do Partido do

atual Governo vem a uma Assembléia como esta com a espontaneidade que o caracteriza, dizer, que a sua veneranda mãe tem, a encabeçar a sua sala, uma fotografia do mais querido dos Presidentes do Brasil, que foi Getúlio Vargas.

Realmente, foi um homem que entrou na História, foi um homem que teve a audácia de permitir que adversários políticos seus fossem anistiados, e um desses mais ferrenhos, o velho Brigadeiro Eduardo Gomes, que também está na História, foi por duas vezes anistiado por Getúlio Vargas.

Foi com atitudes como estas que Getúlio Vargas conseguiu ultrapassar e vencer o tempo. Mas, falou o Líder do Governo que lamentavelmente houveram os Gregórios.

Os Gregórios, nobre Deputado Otássio Pereira, Sr. Presidente, meu eminente Líder do Governo, sempre existirão, os estão aí Gregórios, mas existirão outros Presidentes da República como Getúlio, que, quando foi informado do escândalo que o cercava, abriu o Palácio, deu condições a que as plenas autoridades que presidiram o inquérito, vasculhassem o Palácio. Não deu proteção nem mesmo a seu irmão, Benjamim Vargas, exigindo que ele fosse depor no inquérito que ascultava a causa que envolvia Gregório.

Oxalá existam hoje outros Getúlios, e nós tão fêremos que lamentar a existência de Gregórios, porque existindo presidentes que não se omitam nestes momentos, então sim não teremos nada que lamentar de Gregórios; mas quando existem os Gregórios e as autoridades se omitem de auscultar a verdade, então sim é de se lamentar porque Gregórios que não são levados a tribunais — Gregório o foi — estes empestam e infestam a Nação, e, estes Presidentes tenham os Srs. a certeza, jamais conseguirão entrar na História.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Lê a Carta-Testamento:

"A Carta-Testamento é um documento sempre atual, para que jovens que hoje estão ajudando a transformar esta Nação, sintam nesta homenagem que é possível neste País, viver bravamente e morrer corajosamente:

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente, os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínios e espoliações dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci.

Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo.

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma.

A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras, alcançavam até 500 por cento. Na declaração de valores do que importávamos, existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano.

Veio a crise do Café. Valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio.

cio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado.

Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis ao meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora, ofereço a minha morte, Nada receio.

Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

— Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Lembro aos Srs. Deputados que hoje, às 20 horas, a 5ª Região Militar realizará Sessão Solene em homenagem a Duque de Caxias, com a presença do Sr. Secretário do Interior e Justiça.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 147/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, em Santa Cruz, Município de Catanduvas. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 53/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 119/75 que aprova o Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de Planejamento. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de Planejamento.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 119/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 32/75, de 01 de julho de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de Planejamento.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público na matéria, e por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 03/75, de autoria do Deputado Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no município de Santo Antonio da Platina. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e TRANSFORMAR EM SUGESTÃO AO PODER EXECUTIVO da C.F. e C.I.P.

PROJETO DE LEI Nº 03/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na cidade de Santo Antonio da Platina, sob regime de Fundação, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 2º — O regime financeiro, didático e Regimento Interno da Faculdade serão fixados de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

Sala das Sessões, em 03 de março de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICAÇÃO:

É fato reconhecido de todos que há necessidade de ampliar no setor educacional, o número de estabelecimentos de ensino que se dediquem ao ensino e atividades especializadas.

O município de Santo Antonio da Platina, que se tem notabilizado por um progresso constante, tanto no setor educacional como também econômico, ressenete-se da falta de um centro educacional que proporcione à sua região, hoje bastante florescente, de mão de obra especializada.

Por outro lado, no âmbito regional, envolvendo 10(dez) municípios circunvizinhos, mais de 5.000 alunos, concluem anualmente o curso colegial em suas diversas áreas. Enquanto isso ocorre, uma geração inteira de jovens, daquela região, tem que se deslocar aos grandes centros em busca de aprimoramento técnico.

Estamos certos, pois, em contar com a colaboração dos ilustres Pares na aprovação deste Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 03/75

Assinado pelo Deputado Lúcio Machado, o Projeto de Lei ora em exame pretende criar uma Faculdade de Filosofia no município de Santo Antonio da Platina.

A matéria contraria texto expreso da Constituição. O parecer é contrário
Sub-censura.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 03/75

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Lúcio Machado, autorizar o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no município de Santo Antonio da Platina.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer contrário de vez que a matéria contraria a Constituição Estadual.

Efetivamente, trata-se de iniciativa que implica em aumento de despesa para o Estado, o que é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, nosso parecer é no sentido de que este plano de lei seja TRANSFORMADO EM SUGESTÃO ao Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 03/75

Objetiva este Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Lúcio Machado, autorizar o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no município de Santo Antonio da Platina.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram contrariamente à matéria, alegando ser a mesma flagrantemente inconstitucional.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, a qual compete examinar todos os assuntos que digam respeito à cultura e instrução pública, dado o impedimento levantado pelas Comissões acima mencionadas, emitimos parecer no sentido de ser este plano de lei transformado em sugestão ao Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, de junho de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para discutir o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora a Constituição determine taxativamente que é de competência exclusiva do Poder Executivo, projetos de lei que envolvem Economia, se julgado o meu projeto que pede a criação da Faculdade de Ciências e Letras, em forma de Fundação, a cidade de Santo Antonio da Platina, paira uma dúvida, e esta dúvida naturalmente, será esclarecida oportunamente através de

verificações que iremos fazer, com fundamento jurídico, para observação deste fato.

Porque eu entendo, Srs. Deputados, que organizações estatais, em forma de fundação, não envolvem economia do Estado. Envolvem, simplesmente a criação característica através de Projetos de Lei e da lei que se forma neste projeto, estabelecendo, simplesmente, a sua existência.

Logo, permito-me agradecer, nesta oportunidade, a sugestão da Comissão de Ensino que sugeriu seja transformado o meu projeto em sugestão ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para aprovação desta Mensagem e, portanto, da realização do acontecimentos.

E pediria neste momento, aos Srs. Deputados das duas bancadas, que dessem apoio, não ao projeto, que segundo parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça se encontra prejudicado pelo texto constitucional, mas apoio à sugestão ao Sr. Governador do Estado para a criação da Faculdade de Ciências e Letras, tão necessária na minha cidade de Santo Antonio da Platina.

Pediria, data vênica, que em vez do projeto, V. Exa. colocasse em discussão a sugestão oferecida pela Comissão de Ensino. (— Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Primeira discussão do projeto de lei nº 03/75, como sugestão das Comissões Técnicas da Casa. — Aprovado. Fica prejudicado o projeto original do ilustre Deputado Lúcio Machado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Martin Opszynski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à Bancada paranaense na Câmara Federal, e em especial ao Deputado Gamaliel Bueno Galvão, relator do mérito do projeto que deu ao nosso Estado a sede do Tribunal Regional do Trabalho, 9ª Região. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Curitiba Futebol Clube, pela recente e brilhante conquista do Penta Campeonato Paranaense de Futebol. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, bem como ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências no sentido de, com a máxima urgência, seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Teobaldo Miranda Santos", de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Presidente da FUNDEPAR, objetivando seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Jardim Ipiranga", de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, e ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, objetivando seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Ayrton Plaisant" de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de serem dinamizadas as obras de construção da estrada União da Vitória - Erechim, em especial no trecho de União da Vitória - Gal. Carneiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando voto de solidariedade ao jornalista e Vereador José Domingos, vítima de violências por ter com atitudes de despreendimento, em programa radiotelevisado, tecido críticas com relação aos maus policiais existentes

em nossa polícia. Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, apenas para esclarecer uma dúvida. No texto do requerimento do eminente Deputado Nilso Sguarezi, faz-se menção a maus tratos por parte de algumas autoridades policiais ou não?

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o Requerimento).

O SR. IVO THOMAZONI — Ouvi e li a notícia dos maus tratos por que passou o radialista José Domingos.

Sr. Presidente, do que me foi dado ouvir e ler, as declarações do radialista foram no sentido de que seus algozes afirmavam pertencer a organização clandestina de traficantes de drogas, sediada na Capital do Estado.

Não ficaria bem. Sr. Presidente, que no texto do requerimento que se pretende apoiar, requerimento de desagravo ao reporter José Domingos, que focasse, mesmo veladamente, inserida qualquer insinuação de que os autores da violência praticada contra a pessoa do reporter fossem membros da Polícia do Estado do Paraná.

Não sei se o requerimento, principalmente nessa segunda parte deveria ser votado, porque esta parte está meio dúbia, porquanto se refere que os maus tratos de que teria sido vítima o reporter teria sido consequência de críticas feitas por ele, radialista, à Polícia do Estado.

Quero, Sr. Presidente, sem pré-julgar, acreditar que a Polícia do Estado não tenha tido nenhuma participação nesse acontecimento. E se tiver, se ficar apurado essa participação, nós seremos os primeiros a exigir do titular da Pasta de Segurança, uma ação imediata para punir os responsáveis.

Mas, como o próprio repórter afirma que traficantes o teriam sequestrado, não ficará bom, Sr. Presidente, que estivéssemos pré-julgando elementos da nossa Polícia do Estado, sob pena de estarmos cometendo uma injustiça.

Desejo, Sr. Presidente, dizer que votarei contra o requerimento, sem pretender admitir que a Polícia do Estado esteja comprometida nos acontecimentos tão relevantes anunciados pelo repórter José Domingos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado à Secretaria do Interior, consubstanciado em pedido de informações sobre a atividade do Departamento Regional de Viação e Obras Públicas, sediado na cidade de Santo Antonio da Platina. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, às 10:00 hrs. com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 599/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4927/75, de 19 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JANET DA SILVA SANTOS, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cin-

co por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 3 de fevereiro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de agosto de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 600/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6780/75, de 01 de abril, de 30 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do inciso III, do Art. 130, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 27, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) anos, sete (07) meses e dois (02) dias, compreendido entre 01 de junho de 1956 e 07 de novembro de 1958 e entre 20 de novembro de 1959 e 16 de fevereiro de 1961, em que prestou serviços à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural;

II — retificar o Decreto Legislativo 533/70, de 24 de novembro de 1970, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, de um (01) ano, oito meses e quatro (04) dias, compreendido entre 01 de agosto de 1942 e 19 de março de 1944, em que prestou serviços ao Instituto Brasileiro do Café, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato; e

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mencionada Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de (01) um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 17 de janeiro de 1963 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de agosto de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIA Nº 446/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar, LÚCIA MARIA DA VEIGA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de agosto, de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral